

Sumário

Número de notícias: 29 | Número de veículos: 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Após prometer R\$ 600, Bolsonaro propõe R\$ 405 de auxílio em 2023..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Um improvável programa de governo (Artigo)..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

CCJ da Câmara aumenta teto do MEI e do Simples..... 7

TV GLOBO - DF - BOM DIA DF
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita federal publica Portaria para renegociação de dívidas..... 8

VALOR ONLINE - LEGISLAÇÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STF adia julgamento que pode custar R\$ 100 bilhões às empresas..... 9

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Previdência complementar tem prazo reaberto..... 10

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Desemprego cai, mas informalidade ainda bate recorde..... 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL

Economistas esperam alta de 0,9% no PIB do 2º trimestre..... 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

"Auxílio de R\$ 600 deve-se ao Congresso"..... 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Orçamento prevê Auxílio só de R\$ 405..... 17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Câmara aprova salário acima do teto para diretores de fundos de pensão..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Câmara elimina caráter público da Funpresp..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Os candidatos e a economia - CRISTIANO ROMERO..... 22

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Empresários vão propor nova CPMF para bancar aposentadorias..... 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

O Brasil precisa de educação democrática (Artigo)..... 25

Quinta-Feira, 1 de Setembro de 2022

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Bolsonaro abastece o orçamento secreto com corte de investimentos..... 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
POLÍTICA

Estadista Gorbachov (Editorial)..... 28

O GLOBO - ON LINE - RJ - ULTIMAS NOTICIAS
POLÍTICA

Gorbachev é figura central para entender História do século XX..... 29

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Como liderar uma cruzada que deságue em uma reforma da Justiça com foco na eficiência?
..... 30

O GLOBO - ON LINE - RJ - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Contas não fecham: veja por que as promessas dos candidatos não cabem no Orçamento de 2023
..... 35

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo propõe mínimo de R\$ 1.302, sem aumento real..... 37

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Projeto eleva risco em cenário complicado para contas públicas..... 39

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Dívida pública é de 77,6% do PIB..... 40

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Reserva orçamentária para 2023 comporta reajuste de ao menos 4,85% para servidores
..... 41

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Bolsa fecha agosto com 2º maior alta do ano, puxada por estrangeiros..... 42

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Pacheco avalia devolver MPs que adiam gastos para destravar orçamento secreto..... 45

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Ibovespa acumula alta de 6,16% em agosto..... 46

O GLOBO - RJ - MUNDO
ECONOMIA

Rússia fecha gasoduto para manutenção e preocupa Europa..... 47

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Superávit primário ajuda a baixar dívida bruta em julho..... 48

Após prometer R\$ 600, Bolsonaro propõe R\$ 405 de auxílio em 2023



O presidente Jair Bolsonaro e seu reflexo durante a abertura de exposição sobre os 200 anos da Independência em Brasília. GABRIEL BUI - 15 ago/22/FOLHAPRESS

IdianaTomazelli *brasil*

O governo Jair Bolsonaro (PL) apresentou nesta quarta-feira (31) sua proposta de Orçamento para 2023 com benefício médio de R\$40,3 para o Auxílio Brasil - abaixo do piso de R\$ 600 a ser pago entre agosto e dezembro deste ano.

Em meio à campanha eleitoral, a mensagem presidencial encaminhada com o projeto traz a promessa de Bolsonaro de tentar retomar os R\$ 600, mas sem detalhar como.

A inclusão dessa sinalização, tida por técnicos como inusual, foi a solução encontrada pela ala política do governo para se antecipar a críticas de adversários no momento em que o chefe do Executivo segue em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto.

O líder, Lula (PT), tem explorado a ausência dos R\$ 600 nas peças orçamentárias para desgastar Bolsonaro.

A campanha petista também promete manter o benefício mínimo de R\$ 600 - e já anunciou intenção de pagar um adicional de R\$ 150 a cada criança de zero a seis anos, como antecipou a Folha.

Do ponto de vista técnico, o governo tem de encaminhar o Orçamento seguindo as regras vigentes - entre elas o teto de gastos, que limita o avanço das despesas à variação da **inflação**. Como não há espaço para o custo adicional de R\$ 52,5 bilhões decorrente da parcela extra de R\$ 200 em 2023, a proposta ficou de fora.

Foram reservados R\$ 105,7 bilhões para o Auxílio Brasil, suficientes para bancar o piso de R\$ 400 a 21,6 milhões de famílias. Segundo o Ministério da Economia, o benefício médio ficará em R\$ 405,21.

O governo poderia incluir a despesa condicionada à aprovação de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para alterar o limite de gastos, mas não há uma proposta fechada nesse sentido. Além disso, protocolar uma PEC em meio à campanha eleitoral poderia deixar o presidente exposto a mais críticas.

Na mensagem, ele se limita a dizer que o Poder Executivo fará "esforços em busca de soluções jurídicas e de medidas orçamentárias que permitam a manutenção do referido valor no exercício de 2023, mediante o diálogo junto ao Congresso Nacional para o atendimento dessa prioridade".

O secretário especial de Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, confirmou que a ampliação permanente do Auxílio Brasil demandará mudança no teto, mas não deu detalhes de como isso será feito. "A regra atual não comporta a despesa adicional de 52 bilhões. O presidente eleito vai ter todas as condições de sentar com o Congresso e fazer os ajustes", disse.

Colnago defendeu um modelo com controle de despesas, variável sobre a qual há mais controle do que, por exemplo, a arrecadação.

"Não tem como abrir mão, no nosso entendimento, de uma regra de controle de despesa", disse o secretário, ressaltando que a definição virá do diálogo do presidente eleito com o Parlamento.

Colnago disse ainda que, passada a eleição, o governo também buscará a aprovação no Congresso de uma fonte permanente de receitas para bancar o aumento do Auxílio Brasil para R\$ 600, como manda a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e sem o uso de subterfúgios que permitam afastar essa obrigação.

"Em termos fiscais, vai ser uma despesa equilibrada", disse. Uma das possibilidades é asar a reforma do Imposto de Renda, que, entre outros pontos, retoma a tributação sobre lucros e dividendos distribuídos a pessoas físicas.

O secretário admitiu que a proposta aprovada na

Câmara e que está parada no Senado foi concebida com espaço para ser a fonte de financiamento de uma ampliação menor do Auxílio Brasil, que hoje contempla mais famílias.

"Se for compensar o Auxílio, aí teria que ter aumento líquido de carga no projeto do IR" reconheceu.

Na terça-feira (30), Bolsonaro disse que asaria dinheiro de venda de estatais para bancar a ampliação permanente do programa. Colnago, porém, reconheceu que as regras atuais não permitem essa utilização do dinheiro.

"A receita de privatização hoje é utilizada para pagar dívida. Uma alteração no marco legal, e não estou falando que essa alteração será feita, eventualmente poderia permitir, mas teria que repensar o uso dessa receita", disse o secretário. Além disso, a arrecadação desses recursos não resolve o obstáculo do teto de gastos.

Para os beneficiários do programa social, a proposta de Orçamento indica que 2023 será o quarto ano seguido de incertezas sobre o valor disponível para a compra de alimentos e o pagamento de contas.

Desde 2020, com o início da pandemia, as famílias brasileiras de baixa renda vivem em uma "montanha-russa da pobreza", como classificaram os pesquisadores Marcelo Neri e Marcos Hecksher em trabalho publicado pela FGV Social.

No programa Auxílio Gás também haverá queda de valor, de acordo com o que foi proposto como Orçamento.

Hoje, 5,7 milhões de famílias recebem R\$ no a cada dois meses, graças a um aumento temporário aprovado por meio da PEC das bondades. No projeto, as despesas reservadas para Auxílio Gás somam R\$ 2,2 bilhões, suficientes para pagar benefício médio de R\$ 65,70 a cada bimestre para 5,7 milhões de famílias.

Outras promessas de Bolsonaro também ficaram fora do Orçamento, como a correção da tabela do IRPF (Imposto de Renda da Pessoa Física).

O presidente já havia incluído esse compromisso em seu programa de governo na campanha eleitoral em 2018, mas ficou só no papel. Voltou a ser mencionado agora, com Bolsonaro sinalizando isenção de ganhos até cinco salários mínimos na "gestão 2023 -2026".

A **Receita Federal** já preparou um leque de cenários com mais de cem combinações de mudanças. As faixas salariais usadas para aplicar o desconto do

Imposto de Renda estão congeladas desde 2015 -o que, na prática, significa maior carga tributária para as famílias.

Qualquer mudança, porém, significará perda de receitas para a União. O ministro Paulo Guedes (Economia) tem defendido a retomada do projeto de reforma do IR, que amplia a faixa de isenção para R\$ 2,5 mil de forma imediata, altera a tributação sobre empresas e retoma a cobrança de imposto sobre lucros e dividendos distribuídos a pessoas físicas, hoje isentos.

"Os debates acerca da necessidade de avanços e ajustes no sistema tributário nacional amadureceram, de modo que se buscará construir consenso com o Parlamento e a sociedade para efetivação da reforma e a respectiva correção da tabela do Imposto de Renda", diz a mensagem presidencial.

A inclusão da desoneração no Orçamento joga no colo de Lula qualquer decisão de subir novamente os **tributos**, caso o petista vença e queira recompor as receitas federais.

Também foram mantidas outras desonerações de **tributos**, de caráter geral ou setorial, com impacto de R\$ 27,2 bilhões. Ao todo, as desonerações somam R\$ 80,2 bilhões.

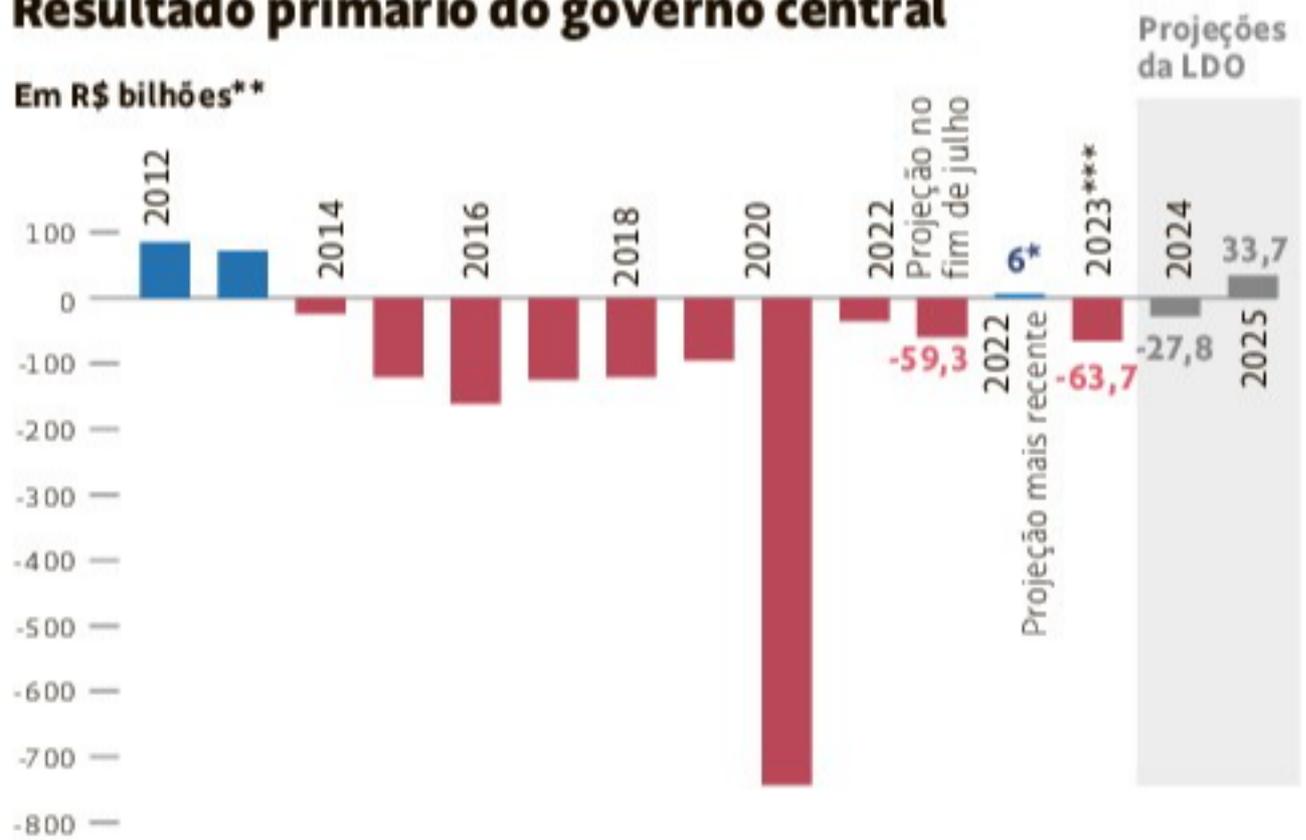
A previsão oficial do governo é que haja um déficit de R\$ 63,7 bilhões em 2023.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50021>

Resultado primário do governo central

Em R\$ bilhões**



*Número considerado conservador, pois deve ser impulsionado por dividendos a serem recolhidos no segundo semestre. **Valores correntes. ***Projeção na PLOA de 2023. Fonte: Ministério da Economia

Um improvável programa de governo (Artigo)

Everardo Maciel Consultor tributário, foi secretário da Receita Federal (1995-2002)

O debate eleitoral, até o momento, não tem sido animador pela escassez de propostas voltadas para a superação dos inúmeros problemas do País.

Ao contrário, prevalecem grosserias pessoais, proposições demagógicas ou ingênuas e insistente recitação de estatísticas mal decoradas ou insubsistentes.

Acumulamos uma robusta agenda de problemas, que este artigo não tem a pretensão de esgotar. A despeito disso, dedico algumas linhas ao que entendo que deveriam ser prioridades em um programa de governo: erradicação da pobreza e reforma do Estado.

Transferências de renda para os vulneráveis, como ocorre há décadas, constituem programas indispensáveis. Porém, é imperioso que se façam acompanhar de iniciativas que impliquem ascensão social dos pobres mediante a conversão do auxílio em emprego.

Sem isso haverá a perpetuação de um quadro que tão somente aproveita ao populismo, em permanente flerte com o autoritarismo.

Reforma do Estado não pode ser confundida com propostas que se limitam a definir regras de ascensão ou contratação de **servidores públicos**.

Tem que ser algo muito mais ambicioso: instituição de um conjunto de parâmetros de eficiência, sustentabilidade e responsabilidade social de observância obrigatória; implementação de um sistema nacional de gestão moderna na educação, saúde e segurança públicas e na rede prisional; implantação de um programa permanente de desburocratização; restabelecimento da ordem orçamentária; reestruturação do gasto público, procedendo-se ao controle de sua evolução; reforma do Poder Judiciário, com ênfase na racionalização dos processos decisórios e eliminação das patologias processuais; fixação de padrões de remuneração para os servidores de todos os Poderes, com eliminação de penduricalhos, férias em dobro, turnos especiais e indenizações diversas, e com observância estrita do teto de remuneração; disciplinamento da participação

do Estado na gestão das estatais e fixação de critérios objetivos para a privatização.

O enfrentamento da pobreza e das previsíveis turbulências fiscais vai demandar receitas extraordinárias. Felizmente, é possível gerar essas receitas fiscais sem onerar os contribuintes que investem na economia real, promovendo-se a supressão dos privilégios das aplicações no mercado financeiro e em paraísos fiscais, a eliminação de brechas fiscais e a redução do contencioso fiscal por meio de um ousado programa de transação.

É certo que essa pauta encerra problemas complexos sem soluções triviais. Mas não custa refletir e propor.

Everardo Maciel Consultor tributário, foi secretário da **Receita Federal** (1995-2002)

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

CCJ da Câmara aumenta teto do MEI e do Simples

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187318?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187318?page=1§ion=1

Receita federal publica Portaria para renegociação de dívidas



Multimídia:

<http://midia.smi.srv.br/video/2022/09/01/TVGLOBODF-07.30.15-07.30.58-1662030472.mp4>

STF adia julgamento que pode custar R\$ 100 bilhões às empresas

Por Beatriz Olivon Formada em jornalismo pela UnB e em Direito pelo IDP. Está no Valor desde 2014 e atua em Brasília, com foco nos tribunais superiores e Carf.

Veja a matéria no site de origem:

<https://valor.globo.com/legislacao/valor-juridico/coluna/stf-adia-julgamento-que-pode-custar-r-100-bilhoes-as-empresas.ghtml>

Site: <https://valor.globo.com/legislacao/valor-juridico/coluna/stf-adia-julgamento-que-pode-custar-r-100-bilhoes-as-empresas.ghtml>

Previdência complementar tem prazo reaberto

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (31) medida provisória que reabre até 30 de novembro o prazo para que servidores ativos migrem para a **previdência complementar** por meio do Funpresp.

O texto-base foi aprovado em votação simbólica. Os deputados rejeitaram sugestões de mudança. A MP segue para o Senado, onde precisa ser votada até 5 de outubro para não perder a validade.

Na Câmara, o texto foi relatado pelo líder do governo na Casa, Ricardo Barros (PP-PR).

O funcionário público paga um adicional para receber um benefício complementar, além da aposentadoria, limitada ao teto da Previdência, que é de R\$ 7.087,22 em 2022.

O novo prazo de migração vale para servidores do Executivo que foram admitidos antes de 4 de fevereiro de 2013 e para os do Judiciário que entraram antes de 7 de maio de 2013.

Isso porque a adesão é obrigatória para os funcionários públicos que entraram após essas datas, no caso de quem ganha mais do que o teto previdenciário. Neste regime, o trabalhador paga 7,5%, 8% ou 8,5% sobre o que exceder o teto da Previdência e o governo paga o mesmo percentual (contrapartida).

A medida provisória atualiza as regras de cálculo do benefício especial que será pago pelo regime complementar com base no que foi aprovado na reforma da Previdência, que passou a valer em 2019.

Para quem fizer a adesão neste ano, o cálculo do benefício especial levará em conta todos os salários de contribuição do servidor desde julho de 1994. Já para quem aderiu até o ano de 2021, a conta considera os 80% maiores salários, descartando os 20% menores. DB e Cristiane Gercina

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

21

Desemprego cai, mas informalidade ainda bate recorde



Fernanda Strickland, Rafaela Gonçalves, João Gabriel Freitas*

A taxa de desemprego no país caiu para 9,1% no trimestre encerrado em julho, 1,4 ponto abaixo do verificado no trimestre anterior, terminado em abril. É o menor índice da série desde o trimestre encerrado em dezembro de 2015, quando também chegou a 9,1%. A alta foi puxada pelas contratações com carteira assinada, embora também tenha crescido o número de trabalhadores informais.

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram, ainda, que o contingente de pessoas ocupadas foi de 98,7 milhões, um recorde na série histórica, iniciada em 2012. Mas um total de 9,9 milhões de brasileiros ainda continua em busca de uma vaga. O rendimento real habitual voltou a crescer e chegou a R\$ 2.693 mensais.

O nível de ocupação (percentual de pessoas ocupadas entre a população em idade de trabalhar) ficou em 57%, queda de 1,1 ponto percentual em relação ao trimestre encerrado em abril e de 4,1 pontos na comparação com o mesmo período de 2021.

O número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado (sem contar domésticos) subiu 1,6% contra o trimestre anterior, alcançando 35,8 milhões. Entretanto, o número de trabalhadores informais alcançou 39,3 milhões, o maior patamar da série histórica com 559 mil pessoas a mais do que no trimestre anterior. Com isso, a taxa de informalidade ficou em 39,8% da população ocupada.

Tendências

Para a economista-chefe da Reag Investimentos, Simone Pasianotto, em tese, quanto menor o desemprego, maior a pressão dos trabalhadores por maiores salários, o que pode provocar alta nos preços. "O que se observa, contudo, é que a recuperação no mercado de trabalho se deve majoritariamente a uma acomodação da massa de trabalhadores desocupados dentro do mercado, que tem repercutido pouco sobre um possível aumento do salário real", explicou. "Ademais, a Reag projeta que a taxa de desemprego deverá permanecer no patamar médio de 9%, com alguma movimentação para cima", afirmou Pasianotto.

De acordo com o economista do Banco Original Eduardo Vilarim, a queda no desemprego reflete o bom desempenho da atividade no curto prazo, reflexo das medidas de transferência de renda, como o Auxílio Brasil, e da diminuição de **impostos**. "A mobilidade urbana cada vez maior, após a fase aguda da pandemia, também contribuiu para o avanço do setor de serviços, sobretudo presenciais", disse.

Vilarim avaliou que a população ocupada tende a continuar avançando, mas a taxas decrescentes, acompanhando o ritmo heterogêneo das atividades setoriais, que tendem a sentir com mais força os efeitos defasados da alta das taxas de juros. "Indústria e varejo, mais intensivos em capital, tendem a desacelerar mais rápido os níveis de contratação do que o setor de serviços, mais intensivo em trabalho."

Destaques

Adriana Beringuy, gerente da pesquisa do IBGE, frisou que "nenhuma atividade dispensou trabalhadores ou registrou perdas no trimestre". Duas atividades se destacaram. No "comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas", houve acréscimo de 692 mil pessoas no mercado de trabalho (alta de 3,7%) em comparação com o trimestre anterior. Já no setor "administração pública, defesa, **seguridade social**, educação, saúde humana e serviços sociais", o incremento foi de 648 mil pessoas (3,9%).

Saulo Batista, 22 anos, mora na Estrutural e foi contratado com carteira assinada em julho para uma vaga de vendedor em um comércio de automóveis. O

jovem empreendia e almejava fazer intercâmbio no exterior, mas a crise econômica o fez deixar os planos de lado.

"Fiquei desempregado por um ano após fechar meu negócio, e ainda fui motorista de aplicativo. Tinha outras expectativas, só que a situação de saúde dos meus pais e o aperto nas contas me fizeram sair procurando emprego. Moro com eles e divido as contas, então foi um alívio em tudo quando consegui essa vaga", disse Saulo.*Estagiário sob a supervisão de Odail Figueiredo

Economistas esperam alta de 0,9% no PIB do 2º trimestre



Fila na zona leste paulistana no primeiro dia do saque extraordinário do FGTS, em abril. Rivaldo Gomes - 20.Abr.22 /Folhapress

Eduardo Cucolo

Impulsionada pela recuperação do setor de serviços e pelo aumento do consumo das famílias e dos investimentos, a economia brasileira deve registrar crescimento de 0,9% no segundo trimestre de 2022, em relação aos três meses anteriores, segundo levantamento com 40 economistas consultados pela agência Bloomberg.

O **PIB** (Produto Interno Bruto) do segundo trimestre será divulgado nesta quinta-feira (1º) às 9h pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). No primeiro trimestre, o crescimento foi de 1% na mesma base de comparação.

O período de abril a junho foi marcado por um crescimento forte dos serviços, enquanto indústria e varejo tiveram resultados fracos. Outros fatores que contribuíram para o crescimento do período foram o saque extraordinário de R\$ 1.000 do FGTS e a antecipação da primeira parcela do 13º salário para beneficiários do **INSS**.

Das 40 estimativas coletadas pela Bloomberg, 39 estão na faixa de 0,6% (Capital Economics) a 1,4% (Banco C6). Há ainda uma de 2,9%, da Petros, fundo de pensão da Petrobras.

O economista Aleksandro Barbosa, da Austin Rating, espera um crescimento de 0,7% no trimestre, mais próximo do piso das projeções. Ele afirma ver uma continuidade do processo de recuperação pós 2020.

"Pode ser um pouco mais lento que no primeiro

trimestre, mas muito próximo do que já vinha acontecendo, apoiado principalmente pelo setor de serviços, que continua carregando piano nas costas depois de ter sofrido muito", afirma Barbosa.

Para ele, o cenário daqui para a frente é de perda de fôlego, mas com novos incentivos governamentais - aumento do Auxílio Brasil, corte de **impostos** e redução no preço da gasolina- capazes de evitar um cenário de queda trimestral do **PIB** neste segundo semestre.

O economista da Austin Rating afirma no entanto que haverá um "efeito gangorra", adiando essa perda de fôlego para 2023, quando o cenário internacional e os juros altos também vão contribuir mais para um crescimento menor no Brasil. Ele projeta crescimento de 2% neste ano e de apenas 0,1% no próximo.

Jason Vieira, economista-chefe da Infinity Asset Management, projeta expansão de 1,2% no trimestre, acima da mediana do mercado.

"No começo do ano a gente já estava falando de crescimento, não de recessão, e o processo de reabertura acabou sendo mais expressivo do que se esperava. A percepção é de que já há um crescimento relativamente consistente", afirma.

Ele diz esperar um terceiro trimestre mais fraco, por questões sazonais, mas avalia que o pacote de bondades do governo ajudará no crescimento e que não pode ser descartado o anúncio de novas medidas de estímulo até as eleições. Vieira avalia ainda que o investimento está se recuperando, com números que devem ser melhores nos próximos trimestres.

O Monitor do **PIB** da FGV apontou crescimento de 1,1% no trimestre, destacando também o bom desempenho esperado para o consumo das famílias (1,8%) e para os investimentos (4%).

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

21

"Auxílio de R\$ 600 deve-se ao Congresso"



Denise RothenburgMARIANA
ALBUQUERQUE*RAPHAEL PATI*

Candidata à Presidência pelo União Brasil, a senadora Soraya Thronicke disse acreditar que "tudo é possível" em relação às suas chances de avançar ao segundo turno das eleições. Nas últimas pesquisas, ela aparece sem pontuar, mas argumenta que, em 2018, na corrida ao Senado, só surgiu nas consultas na última semana. "E eu estava em quinto lugar. No domingo, estava eleita", frisou.

A parlamentar, que ganhou destaque nacional pelo bom desempenho no debate de presidenciáveis, no domingo, na Band, disse que, se eleita, continuará com a "política assistencialista". "Quero, também, deixar claro que as pessoas que estão recebendo auxílio emergencial de R\$ 600, hoje, devem isso ao Congresso Nacional. Se fosse pela proposta do governo federal, estariam recebendo R\$ 200", enfatizou, em entrevista ao programa CB.Poder, parceria entre o Correio e a TV Brasília.

A presidenciável afirmou que continua com as mesmas bandeiras com as quais foi eleita senadora pelo PSL, de combate à corrupção e defesa do liberalismo econômico, e acusou o presidente Jair Bolsonaro, que era do mesmo partido dela, de ter abandonado essas pautas.

Thronicke frisou não ver problemas nas emendas de relator e, sim, em quem faz mau uso delas, e criticou o termo orçamento secreto. "Não dá para você apelidar a emenda de relator, que foi criada para uma questão nobre, de orçamento secreto. Tive a oportunidade, por conta do meu trabalho de incidência, sim, de emendas de todos esses tipos, como todos os candidatos. Só que as minhas são transparentes, aí está a diferença".

A proposta do imposto único, que está no seu

programa de governo, gera muita discussão entre os economistas. Vai ser um único imposto mesmo? O que acontece com as contribuições que, hoje, são exclusivas da União, como Cofins, CSLL e Cide?

A **reforma tributária** é a mãe de todas as reformas. O que nós queremos trazer, primeiro de tudo, é a consciência às pessoas de que precisamos arrumar a casa na questão da economia. Se a economia vai bem, tudo consegue ir bem. Então, por isso, trazemos a **reforma tributária** e a proposta do imposto único federal como nosso mote primordial de campanha.

Mas já vai direto para o imposto único ou dá um passo antes, reduzindo o número de **tributos**?

Esse é um estudo já antigo. Essa proposta vem sendo estudada há 30 anos pelo meu vice, o professor Marcos Cintra, uma pessoa brilhante, professor da FGV (Fundação Getúlio Vargas), com 17 anos de Harvard. Não é qualquer pessoa. A ideia inicial é a universalidade de todos os **impostos**, mas temos de respeitar o pacto federativo. Então, ao longo desses 30 anos, ajustes foram feitos na proposta. E de que forma vamos começar? Excluindo 11 **tributos** federais e substituindo por um imposto só, a ser cobrado no depósito e no saque. Essa movimentação financeira é a forma mais rápida de a gente controlar, evitando sonegação e lavagem de dinheiro. E é digital, não analógica. Bem especificamente, está fora, neste momento, o Imposto de Renda. Existe o projeto de, posteriormente, incluir o IR e o imposto de importação e exportação. Dentro dessa proposta econômica nossa, iremos, também, isentar o IR e **INSS** de quem recebe até cinco salários mínimos, ou seja, quem ganha até R\$ 6.060. Com isso, a gente consegue reaquecer a economia, liberar o empresariado da carga da contribuição previdenciária, sem tirar os direitos previdenciários. O Imposto Único Federal consegue bancar toda a nossa Previdência. Vamos tirar a contribuição dos ombros de quem ganha até cinco salários mínimos, mas, na verdade, tirar de todos. O **INSS**, todos os contribuintes deixarão de pagar, mas continuarão com o benefício, por meio do Imposto Único Federal. E por que ele consegue fazer tudo isso? Porque aumenta a cadeia de arrecadação.

A senhora vai continuar com o Auxílio Brasil, ou não tem como financiá-lo no primeiro momento?

A próxima presidente da República toma posse em 1º de janeiro de 2023, e não é por causa da virada da meia-noite do réveillon que as pessoas vão parar de

sentir fome e revirar lixo neste país para buscar o que comer. Isso não muda com a virada do ano, então, não tem como mudar a política de forma nenhuma, essa política assistencialista. Eu sou liberal na economia e entendo que foi necessário flexibilizar, porque as pessoas estão passando fome e isso me preocupa demasiadamente. Quero, também, deixar claro que as pessoas que estão recebendo auxílio emergencial de R\$ 600, hoje, devem isso ao Congresso Nacional. Se fosse pela proposta do governo federal, estariam recebendo R\$ 200. O nosso compromisso com a população é em nível máximo.

A senhora foi eleita pelo PSL, então partido de Bolsonaro. Agora, virou uma opositora dele. Em um segundo turno que mantenha a polarização, apoia o presidente ou o PT?

Fui eleita erguendo as bandeiras do combate à corrupção e do mercado liberal, focado na economia deste país, na prosperidade das pessoas. Naquele momento, Jair Bolsonaro, também. Fui eleita em um momento anti-PT e contrário àquele esquema de corrupção, com o sistema econômico muito retrógrado. Fui eleita com essas bandeiras dentro do PSL. Continuo com as mesmas bandeiras: de combate à corrupção, de liberalismo econômico, liberdade, respeito às instituições, respeito a todos os brasileiros. Continuo no partido, que hoje é o União Brasil, o maior deste país. Então, não fui eu que abandonei as bandeiras.

Acredita nas pesquisas, ou tudo pode mudar?

Em 2018, eu só fui aparecer nas pesquisas na última semana. Três ou quatro dias antes da eleição. E eu estava em quinto lugar para o Senado. No domingo, eu estava eleita. Acredito, sim, mas a pesquisa é a foto do dia, você tem de entender o filme, e muitos brasileiros, neste momento, estão procurando sobreviver. Ando nas ruas e converso com as pessoas. Pessoas que não têm dinheiro para comprar gasolina para ir a uma motociata, por exemplo. O que eu vejo é que elas sequer sabem quem são todos os candidatos, muitas não me conhecem mesmo. Chego e pergunto: você já tem candidato para a Presidência da República? A maioria fala que não. Pergunto: você conhece todos os candidatos? Respondem que não, ou seja, elas não têm sequer tempo para isso. Como eu também sequer vejo que tenho tempo para ficar em discussões ideológicas - estou interessada naquilo que interessa para o país -, o que posso e que aceito no segundo turno é conversar com todos que queiram contribuir com a parte boa de cada partido, porque eu não gosto de generalizar absolutamente ninguém.

Como avalia o orçamento secreto? Esta semana, saiu notícia de que a senhora apresentou emendas ao seu

estado que somam quase R\$ 95 milhões.

O trabalho do parlamentar é legislar e fiscalizar e, sim, buscar todos os recursos possíveis para o seu estado. O problema não é o tipo dessa emenda, só as pessoas que operam essas emendas. Então, a gente não pode generalizar nunca. Se alguém faz mau uso da emenda individual ou da emenda de comissão ou da bancada, é secreto. Não dá para você apelidar a emenda de relator, que foi criada para uma questão nobre, de orçamento secreto. Tive a oportunidade, por conta do meu trabalho de incidência, sim, de emendas de todos esses tipos, como todos os candidatos. Só que as minhas são transparente, aí está a diferença.

Tem acompanhado o dinheiro destinado ao Mato Grosso do Sul?

Destinei para todos os municípios, sem olhar se o prefeito é meu amiguinho, ou não; se é do meu partido, ou não. Fui eleita sem nenhum prefeito, meu critério foi o povo, a necessidade de cada local. Por isso, tenho emendas em todos os municípios, e deixo aqui a dificuldade de acompanhar. Por isso, faço o seguinte: toda vez que eu consigo uma emenda para determinado município, faço um vídeo e falo: olha, município tal, estou enviando emenda de R\$ 500 mil para a saúde.

Por que é difícil acompanhar?

Porque as prefeituras não têm portal da transparência, como deveriam. Isso tem de ser cobrado delas, do Poder Executivo. É difícil acompanhar, também, porque tem dois critérios: emenda de custeio e emenda de investimento. E investimento demora mais para ser executada. Presido a frente parlamentar da transparência no gasto público.

O que tira dessa frente para levar a seu programa de governo?

Sou completamente favorável à transparência. Quando cheguei ao Senado, fiquei chocada com a dificuldade que a gente tem de monitorar toda essa questão de orçamento e de fiscalizar. Aí, nós formamos a Frente Parlamentar da Transparência da Gestão dos Gastos Públicos. E um dos meus projetos de lei é o 155/2020, que está com dificuldade de caminhar lá no Congresso. Visa acompanhar a transparência na execução, porque a gente fala em transparência posterior, e, depois que termina uma obra, presta contas. Nós queremos saber como é que essa obra está sendo executada.

Ou seja, antes de haver qualquer confusão, já vai ver como está se dando a obra. Se não tiver a contento, pode suspender, é isso?

Isso. É ver antes de o leite derramar. Essa é a questão. Queria também aproveitar para falar que, ontem (terça-feira), fui vítima de fake news, falando de indicação de orçamento secreto. Fui logo para as redes sociais dizer que isso é uma mentira. Fui uma das primeiras parlamentares a enviar o documento que a ministra Rosa Weber (do Supremo Tribunal Federal) pediu para a Casa, indicando cada centavo que indiquei de recurso para o meu estado, para qual município, referente a qual pasta e também qual é o convênio e projeto. Então, de "secreto" não tem nada.

Por falar em pesquisas, no debate da Band, parecia que havia uma espécie de dobradinha entre a senhora e a senadora Simone Tebet, duas parlamentares de Mato Grosso do Sul. O que promete de diferente para as mulheres nesta eleição?

A minha dobradinha é com o que está certo. Meu compromisso é com o que é justo e o que é correto. Poderia acontecer qualquer coisa naquele debate. Se fosse uma injustiça com o candidato do meu lado direito, com o candidato do meu lado esquerdo, eu ia levantar. Essa é a minha forma de agir. Injustiça com qualquer pessoa, não é porque era mulher.

Em um segundo turno, apoiaria Bolsonaro, ou há alguma chance de aproximação com o PT?

Aceito o apoio de Bolsonaro no segundo turno. Não trabalho com outra hipótese, porque, se eu focar lá na frente, não vou conseguir trabalhar. Sou uma brasileira idealista, otimista e tenho um projeto para oferecer às pessoas. Acredito em Deus, acredito que tudo é possível. Estou aqui, acredito, por um propósito e vou focar nisso.

Qual é o projeto específico que tem para as mulheres?

Há alguns projetos muito importantes. Nós sabemos da violência doméstica e da necessidade que elas têm de se defender. Um dos meus projetos é de armas não-letais para as mulheres. Moro na divisa do Mato Grosso do Sul com o Paraguai, e é interessante como a gente consegue comprar facilmente um spray de pimenta, aqueles jatos de espuma, arma de eletrochoque. Tenho projeto de lei relacionado a isso, que também estou trabalhando firme para que a gente consiga avançar, mas as pessoas parecem que querem só armas letais.

* Estagiários sob a supervisão de Cida Barbosa

O entrevistado de amanhã do CB.Poder é o presidenciável do Novo, Felipe D"Avila

Orçamento prevê Auxílio só de R\$ 405



ROSANA HESSEL

Um dia depois de o presidente Jair Bolsonaro (PL) renovar a promessa de manter o valor de R\$ 600 do Auxílio Brasil no ano que vem, caso seja reeleito, a equipe econômica enviou ao Congresso Nacional a proposta orçamentária de 2023 com uma previsão de R\$ 405 para a média mensal do benefício que substituiu o Bolsa Família. O texto traz ainda a estimativa de abertura de cerca de 50 mil vagas em concursos públicos, ante 44,7 mil neste ano. Na terça-feira, Bolsonaro havia declarado que, se reeleito, pretende reduzir o número de certames.

O Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2023, que prevê despesas de R\$ 5,2 trilhões, foi elaborado com parâmetros macroeconômicos mais otimistas que os considerados pelo mercado. A proposta estima um gasto de R\$ 105,7 bilhões com o auxílio no ano que vem, sem incluir o reajuste de R\$ 200 que, de acordo com o secretário especial do Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, elevaria essa despesa em R\$ 52 bilhões.

Para cumprir a promessa de R\$ 600, Colnago afirmou que, "depois das eleições", o governo continuará "procurando fontes" para cobrir a despesa, que somaria R\$ 157,7 bilhões com o reajuste.

Ele citou a reforma do Imposto de Renda, que está parada no Senado e prevê a taxaçoão de dividendos, como uma das fontes de receita.

Outra fonte seriam os recursos de privatizações. Para isso, é preciso mudar o marco regulatório, porque o dinheiro arrecadado com venda de estatais só pode ser utilizado para o abatimento da dívida pública. "A alteração do marco legal poderia permitir (o uso dos recursos para cobrir o novo valor de R\$ 600), mas o Auxílio Brasil e o teto de gastos precisam conversar",

afirmou Colnago.

Subsídios extras

Apesar de não reajustar o benefício para os mais vulneráveis, a equipe econômica colocou no Ploa de 2023 uma previsão de R\$ 80,2 bilhões com desonerações para beneficiar uma das principais bases de apoio de Bolsonaro - os caminhoneiros. Desse montante, R\$ 52,9 bilhões se referem à renúncia de **tributos** sobre os combustíveis.

Os R\$ 27,2 bilhões restantes contemplam outras reduções, como a do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Com isso, a conta de subsídios inicialmente prevista em R\$ 370 bilhões na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), saltaria para R\$ 450 bilhões, ou 4,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

No projeto enviado ao Congresso - já numerado como PLN 32 -, o governo prevê alta de 2,5% no Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2023, enquanto a mediana das estimativas do mercado está em 0,37%. Colnago justificou o otimismo com a expectativa de aumento dos investimentos privados em concessões, que, segundo ele, "não estão na conta dos modelos do mercado".

Analistas receberam a proposta com ceticismo. "O Orçamento é uma peça de ficção, porque, além de utilizar parâmetros otimistas, que superestimam a receita, está com uma despesa discricionária muito baixa, de R\$ 83,1 bilhões.

Já vimos que, quando esse gasto fica abaixo de R\$ 100 bilhões, emperra o funcionamento da máquina pública: há falta de dinheiro para a Polícia Federal emitir passaportes e de recursos nos ministérios e nas universidades", alertou Gil Castello Branco, secretário-geral da Associação Contas Abertas.

Na proposta, o governo prevê um rombo de R\$ 63,7 bilhões nas contas do governo central - Tesouro Nacional, Banco Central e **Previdência Social**. Desde 2015, o governo envia a peça orçamentária com as contas no vermelho.

A previsão está levemente

abaixo da meta fiscal da LDO, que permite rombo de até R\$ 65,9 bilhões. Mas segundo Colnago, neste ano,

haverá "o primeiro saldo positivo em oito anos" e, no ano que vem, o deficit poderá "ser menor do que o previsto no Ploa".

Aumento de salários

A equipe econômica reservou R\$ 14,2 bilhões para o reajuste dos servidores, incluindo o aumento de 18% aprovado pelo Judiciário, segundo Colnago. Desse montante, R\$ 11,6 bilhões serão destinados ao Executivo, mas o valor não é suficiente para uma correção linear de 5%, mas para "algo em torno de 4,8%".

No Ploa, a previsão para o novo salário mínimo é de R\$ 1.302, maior que os R\$ 1.294 estimados na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Se confirmado, o piso salarial terá aumento de R\$ 90 em relação ao valor atual, de R\$ 1.212.

O secretário destacou, ainda, que das 50 mil vagas previstas para concursos, 32,5 mil serão no Executivo e 17,4 mil nos demais Poderes. Para tanto, a ideia é gastar R\$ 5,8 bilhões.

A especialista em contas públicas Juliana Damasceno, da Tendências Consultoria, apontou incoerências no Ploa. "Uma delas é o aumento das desonerações em R\$ 80,2 bilhões, mesmo diante da previsão constitucional de reduzir pela metade os gastos tributários em 10 anos. Outra contradição é a afirmação de que a reforma do Imposto de Renda não aumentará a carga tributária, mas poderá ser usada como fonte de financiamento para o valor extra do Auxílio Brasil", pontuou.

Investimentos caem

Conforme dados apresentados por Colnago, a estimativa de investimentos públicos em 2023 é de R\$ 20 bilhões, abaixo dos R\$ 24,1 bilhões previstos neste ano. "Sobre a redução continuada dos investimentos, a saída foi atribuir ao setor privado o papel de estimulador do crescimento, desconsiderando que teremos novamente um valor abaixo do necessário para repor a depreciação do capital público, isto é, antes mesmo de considerar expansão pró-crescimento", alertou Juliana Damasceno.

Plano de voo

Veja os principais números do projeto do Orçamento para o próximo ano

Parâmetros macroeconômicos para 2023

| | |
|-----------------------------------|---------------|
| Crescimento do PIB | 2,50% |
| IPCA | 4,50% |
| Taxa média de câmbio (R\$/US\$) | 5,12 |
| Salário mínimo | R\$ 1.302 |
| Taxa Selic | 12,49% ao ano |
| Preço médio do barril de petróleo | U\$ 93,93 |

Fonte: PLOA 2023

Grandes números

| | |
|----------------------------------------------|----------------------------------------------------------|
| Deficit primário | R\$ 63,7 bilhões |
| Desonerações tributárias adicionais | R\$ 80,2 bilhões (R\$ 52,9 bilhões para combustíveis) |
| Reserva para reajuste salarial de servidores | R\$ 14,2 bilhões |
| Vagas em concursos | 50 mil |
| Auxílio Brasil (valor médio) | R\$ 405 |
| Número de famílias atendidas | 21,6 milhões |
| Emendas do relator geral (RP9) | R\$ 19,4 bilhões |



Câmara aprova salário acima do teto para diretores de fundos de pensão

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Câmara elimina caráter público da Funpresp

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187318?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187318?page=1§ion=1

Os candidatos e a economia - CRISTIANO ROMERO

CRISTIANO ROMERO

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187318?page=1§ion=1

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Os candidatos e a economia

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187318?page=1§ion=1

Empresários vão propor nova CPMF para bancar aposentadorias

Do UOL, em Brasília

Um grupo de empresários, dos setores de serviços e do comércio, defende a substituição dos **impostos** sobre a folha de pagamentos por um novo imposto de base ampla, cobrado sobre as movimentações financeiras de todos os brasileiros para bancar a **seguridade social**. O nome provisório do tributo é CP, ou Contribuição Previdenciária e ele tem semelhanças e também diferenças com a extinta CPMF (Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira).

Assim como a CPMF, a CP, se aprovada, será cobrada sobre todas as movimentações financeiras e comércio digital. A diferença é que não será provisória e será atrelada exclusivamente ao financiamento da previdência. Seus defensores querem evitar desvios como ocorreu com a CPMF, criada para financiar a Saúde e depois alterada para Previdência e Erradicação da Pobreza. As alíquotas da CPMF variaram de 0,20% a 0,38% ao longo da vigência. Os estudos para a CP apontam alíquota de 0,74%, mas esse ponto está em aberto.

O início da discussão formal da proposta, que já vem sendo debatida nos bastidores, será no evento Fórum da Desoneração da Folha de Pagamento, com a presença de empresários (Instituto Unidos pelo Brasil), parlamentares (Frente Parlamentar do Empreendedorismo) e o ministro da Economia, Paulo Guedes, nesta quinta-feira (1º), em São Paulo. Guedes defende o imposto de base ampla e tentou incluir em uma das propostas da **reforma tributária** que tramitam no Congresso, mas recuou em função das resistências. A proposta também será entregue a todos os candidatos à Presidência.

O objetivo dos empresários e parlamentares que concordam com a tese de praticamente zerar o imposto sobre a folha e substituir por um tributo sobre movimentações financeiras é resolver dois problemas do País: o alto custo dos empregos formais, que leva à informalidade e inibe o crescimento, e o financiamento da **previdência social**. O outro argumento é que o artigo 195 da Constituição diz que a **seguridade social** precisa ser financiada por toda a sociedade.

Hoje quem financia a **seguridade social** no Brasil são os empregadores e os funcionários com carteira

assinada. O empregador paga cerca de 20% para o **INSS**, além de outros **impostos**, e o funcionário entre 8% e 11%, com desconto na folha. O argumento de quem defende a proposta é que com o atual modelo, uma hora a previdência vai quebrar.

A equação não fecha. Temos cada vez menos pessoas trabalhando no sistema celetista [com carteira assinada e, portanto contribuindo à Previdência], e cada vez mais brasileiros ficando mais velhos e precisando da Previdência. Precisamos de uma nova forma de financiamento, que não seja a atual, diz Luigi Nese, presidente da Confederação Nacional dos Serviços, que defende o imposto de base ampla desde 2000 e diz já ter quase sido jogado pela janela com a proposta ao Executivo no passado.

As resistências, como se vê, são enormes. A semelhança do imposto com a CPMF, que carrega uma péssima lembrança entre os brasileiros, chega a travar o debate. Nos corredores do Congresso é fácil encontrar parlamentares favoráveis à desoneração da folha, mas é difícil encontrar aqueles que concordariam em votar a favor da nova forma de tributar.

Estamos falando de uma minirreforma tributária, não adianta acharmos que vamos jogar isso como uma bomba em cima do Congresso e vai passar. Por isso estamos querendo trazer o debate. Esse debate precisa permear a sociedade. Discordo que seja a volta da CPMF, estamos tratando de desoneração da folha. A imagem da CPMF atrapalha porque ela veio no passado como um imposto a mais. O governo apertando o povo para arrecadar mais. Esta é a lógica que temos que mudar. O que estamos propondo é uma substituição. Eu votei contra a CPMF. Agora estamos falando em desonerar e substituir, diz o deputado Joaquim Passarinho (PL-PA).

No Congresso, a ideia do grupo é apresentar a proposta como uma emenda à PEC 7/2020, de autoria do deputado federal Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PL-SP), relatada pela deputada Bia Kicis (PL-DF), ambos da base de apoio do governo Bolsonaro. A emenda ainda está em fase de coleta de assinaturas. A PEC 7 é uma **reforma tributária** que pretende substituir vários **impostos** por três: sobre o consumo, a renda e a propriedade, com competência compartilhada por União, Estados e municípios.

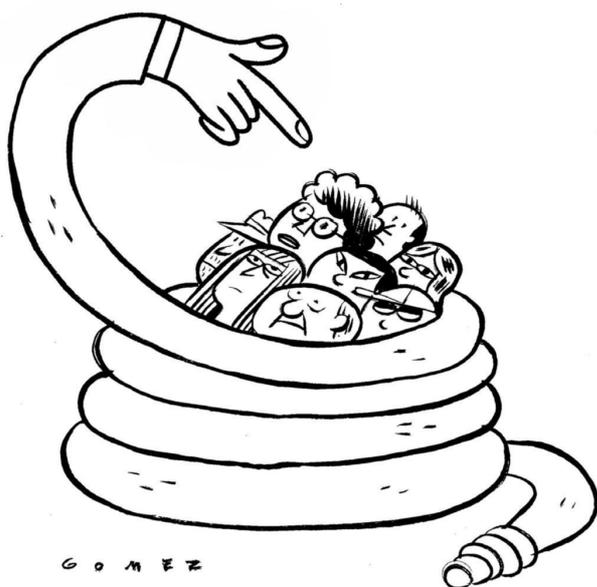
A proposta de trocar os atuais **impostos** sobre a contratação pela CP é apoiada pelo setor de serviços e do comércio, que têm mão de obra mais intensiva, mas encontra resistências nos setores da indústria (que apoia a PEC 110/2019) e financeiro.

Pontos positivos apontados pelos defensores da proposta

Ponto negativo apontados pelos críticos à proposta

Site: <https://economia.uol.com.br/colunas/mariana-londres/2022/09/01/desoneracao-folha-substituicao-tributaria.htm>

O Brasil precisa de educação democrática (Artigo)



ARTUR MARQUES DA SILVA FILHO - Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e presidente da Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo

No transcurso dos 200 anos da Independência, 133 da Proclamação da República e 34 da promulgação da Constituição de 1988, marcos de nossa autonomia como nação e afirmação de nossa democracia, já é tempo de avançarmos em termos de amadurecimento político.

Polarização extremada, truculência verbal, intolerância e fake news, como se observa de modo crescente há algum tempo, provocam tensões sociais e pressionam as instituições.

A cada eleição, como a que se aproxima, não podemos ter a desconfortável sensação de ruptura. Partidos, ocupantes de cargos eletivos e candidatos, assim como seus adeptos e eleitores, não podem portar-se como se fossem inimigos. A rigor, são adversários, na legítima disputa pelo poder e de cujo debate devem brotar e se desenvolver ideias capazes de solucionar os problemas nacionais.

Infelizmente, desvirtua-se no país a relação entre os partidos, os poderes da República, as autoridades e as pessoas de diferentes ideologias. Há excessivo patrulhamento, tom de ameaças, acusações e

bravatas nem sempre verdadeiras e substituição da lucidez por ignorância. Tais mazelas refletem-se na campanha eleitoral, prejudicando a clareza dos discursos e o entendimento das plataformas programáticas dos distintos candidatos.

Tal clima é contrário ao que o Brasil precisa.

Há imensos desafios a serem enfrentados pelos governadores, deputados federais e estaduais, senadores e presidente da República a serem eleitos em outubro. Precisamos vencer a estagnação econômica, retomar o crescimento, recuperar os milhões de empregos perdidos na pandemia, debelar a ameaça inflacionária, modernizar a infraestrutura, melhorar a saúde pública e qualificar mais a educação universal gratuita.

O que cada candidato propõe concretamente para o atendimento a essas demandas prioritárias? Ninguém sabe, pois os espaços que têm na imprensa, nas mídias sociais e nos debates é desperdiçado pela retórica vazia, acusações mútuas e verborragia. Poucos têm acesso aos programas de governo de cada postulante. Além disso, a truculência verbal eclipsa as proposições e acaba monopolizando as atenções.

Outro questionamento cabível refere-se à ausência de consultas dos partidos e candidatos aos organismos das máquinas administrativas dos estados, União e seus respectivos legislativos. Desperdiça-se, assim, a preciosa contribuição que poderia ser agregada pelo funcionalismo público de carreira.

Esses servidores têm comprovada experiência e conhecimento, podendo dar boas e consistentes sugestões para a formulação de políticas públicas eficazes.

Precisamos avançar na construção dos programas de governo, ter mais serenidade nos debates e consciência do alto significado do exercício da política. O Estado de Direito e o processo eleitoral devem ser respeitados incondicionalmente por todos. É inadmissível qualquer casuismo que conspire contra as decisões e escolhas soberanas dos eleitores expressas na verdade das urnas.

A democracia é a maior conquista de um povo.

Precisamos respeitá-la e fortalecer as instituições. Seu maior momento é marcado justamente pelas eleições, nas quais os cidadãos elegem aqueles que exercitarão o poder político em seu nome. Por isso, são fundamentais propostas claras, menos agressividade e mais urbanidade, para que as pessoas possam entender e escolher os programas que mais atendem às suas expectativas, anseios e perfil ideológico. O país necessita de uma educação democrática, principiando pelos próprios candidatos.

Tal postura de consciência cabe a todos, a começar pelas autoridades e candidatos, que devem dar um exemplo de civismo e respeito às instituições. A perenidade e o fortalecimento da democracia, que nos alinham às nações mais progressistas e avançadas, são fatores condicionantes à viabilização de um Brasil mais desenvolvido e feliz.

Bolsonaro abastece o orçamento secreto com corte de investimentos

DANIEL WETERMAN ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro cortou verbas destinadas a investimentos públicos para reservar R\$ 19,4 bilhões em emendas do orçamento secreto no ano que vem. O projeto de Orçamento de 2023, enviado pelo governo ao Congresso Nacional ontem, prevê o uso dessas verbas para o cumprimento do mínimo de gastos em saúde e até para o reajuste dos **servidores públicos**.

O orçamento secreto, esquema revelado pelo Estadão, consiste no pagamento bilionário de emendas sem transparência.

Congressistas indicam os recursos para abastecer redutos eleitorais, conforme uma divisão feita pela cúpula do Legislativo. O governo faz a liberação em troca de apoio político. As verbas começaram a ser pagas em 2020.

É a primeira vez que o recurso entra de largada no Orçamento proposto pelo Executivo. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada pelo Congresso e sancionada por Bolsonaro no início de agosto, impôs a reserva.

Nos anteriores, o valor foi incluído durante a tramitação do Orçamento pelo Congresso.

A inclusão do orçamento secreto na proposta forçou o corte de outras despesas. O valor de investimentos ficou em R\$ 20 bilhões, o menor nível da história.

O aumento do volume dependerá do Congresso e poderá ser capturado pelo orçamento secreto.

Na apresentação à imprensa, o Ministério da Economia mostrou um gráfico com os valores destinados aos investimentos e escreveu que a "redução em relação ao PLOA 2022 se deve à diminuição da base de despesas discricionárias (RP 2), afetada pela reserva de RP 9 e redução de projetos qualificados como em andamento".

A pasta ressaltou que a reserva das emendas de relator pode ser revertida em investimentos pelo Congresso. Sem considerar as emendas, as despesas que não são obrigatórias e podem ser manejadas no Orçamento (chamadas de discricionárias) caíram de

R\$ 98,6 bilhões em 2022 para R\$ 83 bilhões em 2023 no projeto.

O governo colocou R\$ 10,4 bilhões para as despesas da saúde no guarda-chuva das emendas de relator-geral. É uma estratégia para cumprir o piso para o setor. Na prática, o orçamento secreto capturou as despesas da saúde.

Além disso, o Executivo colocou R\$ 3,5 bilhões destinados ao reajuste de servidores na emenda RP9. Como o Congresso poderá mexer nesses recursos, os valores obrigatórios da saúde e do reajuste salarial não estão garantidos.

'POLÍTICAS PÚBLICAS'.

O secretário especial de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Esteves Colnago, afirmou ontem que as emendas de relator estão cada vez mais ligadas às políticas públicas.

Reportagens do Estadão, porém, revelaram que tratores, caminhões de lixo, escolas, ônibus escolares e poços de águas foram comprados ou instalados por valores acima do mercado e em processos investigados por órgãos de controle. O esquema de corrupção no Ministério da Educação, também revelado pelo Estadão, usou orçamento secreto.

Estratégia

R\$ 10,4 bi para a saúde foram colocados no guarda-chuva das emendas de relator-geral, como estratégia para cumprir o mínimo para a área. Na prática, as verbas foram capturadas pelo orçamento secreto

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Estadista Gorbatchov (Editorial)

Mikhail Sergueiévitch Gorbatchov, morto aos 91 anos, foi personagem central do século 20. Numa versão romantizada, Gorbatchov, que ascendeu ao cargo máximo do Partido Comunista da União Soviética em 1985, foi o homem que encerrou a Guerra Fria e fez com que os cidadãos da URSS respirassem ar um pouco mais democráticos.

Também pôs fim à intervenção soviética no Afeganistão e permitiu que os países do Leste Europeu se livrassem de seus ditadores sem derramamento de sangue. Floreada mas não falsificada, essa era a visão do líder soviético preponderante nos países ocidentais.

Domesticamente, a avaliação era mais lúgubre. Gorbatchov era apontado como o responsável pela implosão da União Soviética, "a maior catástrofe geopolítica" do século passado, nas palavras de Vladimir Putin, e por ter lançado seus habitantes numa grande crise econômica e social da qual levariam vários anos para se recuperar.

De novo, essa descrição pode ser qualificada como ideologizada, mas não contrária aos fatos.

Numa narrativa mais equilibrada, Gorbatchov pode ser pintado como o homem que se deu a missão de salvar o regime e fracassou. Isso não o impediu de ter sido decisivo para tornar o mundo um lugar menos belicoso e mais livre.

O problema de base era a economia. Gorbatchov observou que a URSS estava ficando para trás em relação ao Ocidente. A produtividade era péssima em diversos setores e o país também estava perdendo a corrida tecnológica.

Embora os soviéticos ainda conseguissem manter-se na ponta da produção de artefatos nucleares, isso estava ficando cada vez mais difícil, já que não iam bem em ciência da computação, por exemplo.

Gorbatchov pretendia reformar o sistema por dentro, preservando o poder para o PCUS. As palavras-chave de seu projeto eram "glasnost" (transparência, que seria uma **reforma política** limitada) e "perestroika" (reestruturação, a modernização da economia).

Não deu certo. A "perestroika" não salvou a economia, mas a "glasnost" despertou os fantasmas nacionalistas que destruiriam a URSS.

Após fracassada tentativa de golpe militar, Gorbatchov viu o poder ser tragado por líderes locais como o russo Boris Ieltsin e o cazaque Nursultan Nazarbaiev, que deixou a Presidência do Cazaquistão em 2019. Em 1991, a URSS se dissolveu e Gorbatchov ficou sem emprego.

O Ocidente também fracassou. Não aproveitou a janela democrática aberta após a dissolução do gigante comunista para transformar a Rússia numa parceira institucional e economicamente próspera, abrindo espaço para a volta do autoritarismo sob Putin.

Quem não fracassou foram os chineses, que aprenderam com o caso soviético e tiveram sucesso onde Gorbatchov falhou. A economia chinesa é das mais dinâmicas do mundo, e o poder está concentrado no Partido Comunista.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=50021>

Gorbachev é figura central para entender História do século XX

Editorial

É impossível contar a História do século XX sem mencionar Mikhail Gorbachev, responsável por derrubar a Cortina de Ferro e acabar com a Guerra Fria. Ele jamais deixou de acreditar ser possível conciliar os ideais socialistas e um regime aberto e democrático - utopia que, como tantas outras, fracassou, abrindo caminho à posterior submissão do Estado russo a interesses privados, à deterioração do poderio nacional e à ascensão do populismo autoritário de Vladimir Putin. Mas é um erro julgá-lo culpado disso tudo.

Ao assumir o poder, em 1985, o objetivo de Gorbachev com a perestroika (reestruturação econômica) e a glasnost (abertura política) evidentemente não era acabar com o próprio país, a União Soviética. Queria terminar o serviço que Nikita Krushev começou no 20º Congresso do Partido Comunista Soviético, em 1956, ao denunciar os crimes de Josef Stálin. E precisava resgatar a economia soviética da paralisia a que fora lançada pela estrutura fossilizada de um regime mais preocupado com ogivas nucleares do que com as condições de vida da população, em contraste com a propaganda oficial. "Não podemos continuar a viver assim", disse na ocasião.

Ex-camponês de trato simples e orador talentoso, Gorbachev soube costurar as alianças necessárias para reorientar a política externa, sobretudo com o americano Ronald Reagan, com quem assinou acordos históricos de desarmamento. Internamente, concedeu liberdade religiosa, tirou dissidentes da cadeia, permitiu a publicação de obras antes censuradas e promoveu eleições democráticas para governos locais. O resultado de tudo isso foi o oposto do que ele previa - a começar pela resistência às mudanças.

Sem a difusão completa da propriedade privada e a criação de instituições estáveis para zelar pelo cumprimento de leis e contratos, a perestroika ficou no meio do caminho, e a economia não decolou como esperado. Ao mesmo tempo, a glasnost trazia para dentro dos lares soviéticos produtos e imagens de um Ocidente idealizado. A insatisfação popular deu combustível para a velha guarda comunista, que tentou derrubar Gorbachev sem sucesso num golpe

militar. No final, ele se viu forçado a entregar o poder, extinguindo na prática a associação de países que formava a União Soviética.

Na Rússia, passou a ser visto como responsável pelo declínio da outrora superpotência e fracassou numa tentativa de voltar à política em 1996. Na China, tornou-se um anátema para os líderes que, desde o Massacre da Paz Celestial em 1989, deixaram claro que a modernização econômica não seria seguida de abertura política.

Gorbachev não enriqueceu no poder. Depois, viveu do próprio trabalho com palestras e como garoto-propaganda. Usava o dinheiro que ganhava - inclusive o Prêmio Nobel de 1990 - para financiar a fundação que estudava projetos de **reforma política** e econômica. Lembrado pela perestroika e pela glasnost, trouxe para o léxico russo palavras como "consenso" e "pluralismo" - valores que sempre defendeu e hoje fazem falta não apenas na Rússia.

Notícias Relacionadas:

O GLOBO - RJ

Gorbachev é figura central para entender História do século XX

Site:

<https://oglobo.globo.com/opiniao/editorial/coluna/2022/09/gorbachev-e-figura-central-para-entender-historia-do-seculo-xx.ghtml>

Como liderar uma cruzada que deságue em uma reforma da Justiça com foco na eficiência?



O paraninfo da turma de 1920 da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco escreveu em sua Oração aos Moços: "Justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta.

Porque a dilação ilegal nas mãos do julgador contraria o direito escrito das partes, e, assim, as lesa no patrimônio, honra e liberdade". Um século depois o texto de Ruy Barbosa continua atual.

No Brasil, uma sentença de primeira instância leva 1.606 dias para sair. Na Itália, 564 dias. No Reino Unido, 350 dias, e 160 dias na Noruega. E o País tem, em proporção da população, um Judiciário quatro vezes maior do que o da Alemanha e oito vezes maior do que o do Reino Unido. É o que mostram os dados da Comissão Europeia para a Eficiência na Justiça (CEPEJ), do Banco Mundial e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Todo ano o CNJ publica seu relatório, Justiça em Números.

Ali é possível ver onde está o gargalo principal da morosidade processual no País. É nas execuções fiscais, os casos que envolvem o Erário, onde a Justiça não é Justiça. Ali a magistratura demora em média 5 anos e 1 mês para uma decisão de primeira instância. "O maior beneficiário da morosidade judicial é o Estado, que é o maior litigante e o maior réu nas ações", afirma a presidente da Seção São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil, Patrícia Vanzolini.

Nas ações coletivas, então, a demora se transforma em menosprezo à cidadania, como nos processos envolvendo os correntistas de bancos lesados em

planos econômicos, que levaram 27 anos para serem decididos. "De cada dez pessoas que ficaram esperando quase 30 anos pela decisão, oito morreram antes disso ocorrer", diz o advogado Walter Moura, que representava no caso o Instituto de Defesa do Consumidor (Idec).

Em comparação com a Justiça criminal em São Paulo, o tempo de um processo de execução fiscal parece uma eternidade.

Recentemente, contou à reportagem o desembargador Guilherme de Souza Nucci, da Seção Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, julgou-se o caso de um criminoso preso havia três meses. Ou seja, do flagrante à conclusão do processo em 2.^a instância, a Justiça se manifestou a tempo de ser percebida como Justiça.

Mesmo ali é possível encontrar processos, como o do massacre da Casa de Detenção, ocorrido há 30 anos. Desde então, o caso espera pela palavra final do Poder Judiciário.

O que deve, então, ser feito pelos legisladores e pelos operadores do Direito para que o exemplo citado por Nucci, especialista em Direito Processual Penal e professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), se tornasse regra e não exceção no Brasil, onde uma sentença na Justiça comum, em primeira instância, costuma demorar 2 anos e 1 mês? Nesta reportagem do jornalista Marcelo Godoy, a oitava da série Agenda Estadão, dedicada à discussão dos grandes desafios que se apresentam ao presidente que vencer a eleição em outubro, o jornal aborda a importância de uma Justiça eficiente e confiável para o desenvolvimento da Nação e o bem comum da República.

MEDIDAS. Para o procurador-geral de Justiça de São Paulo, Mário Sarrubbo, três medidas são fundamentais para recuperar a credibilidade da Justiça diante dos cidadãos: apostar na Justiça consensual, criar um sistema de precedentes e o trânsito em julgado na 2.^a instância.

A primeira delas, a Justiça consensual.

"A pessoa só deve ir para o Judiciário em última instância. O promotor deve poder propor para você, se tiver inquérito e processo, uma pena de 5 anos e 4 meses, porque você é primário.

Vamos ficar com 4 anos, 3 anos e meio e você cumpre um ano e sai julgado e começa a cumprir a pena." Para ele, isso seria melhor do que fazer audiência, um custo para a Justiça e à sociedade.

"A Justiça passa a ser rápida e vai discutir o que é duvidoso." Para ele, o ganho seria ainda maior com a criação de um sistema de precedentes. Atualmente, as Justiças estaduais e os Ministérios Públicos podem recorrer aos tribunais superiores mesmo quando há matérias pacificadas pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou pelo Supremo Tribunal Federal (STF). "Em todos os Estados do Brasil a gente continua recorrendo. Eles disseram A e a gente continua dizendo B. A gente recorre mesmo sabendo que vai perder." De acordo com Sarrubbo, isso vai travando o sistema de justiça, criando a sensação de injustiça.

"Precisamos de uma reforma processual que dissesse: o processo acabará na segunda instância e qualquer recurso que vá para tribunais superiores será considerado recurso rescisório. Ao mesmo tempo, é importante e obrigatório que se crie o sistema de precedentes para que o Tribunal de Justiça não possa decidir contrariamente ao entendimento do STJ e do STF. Se a gente tiver esses dois mecanismos, a prestação jurisdicional será muito mais rápida e eficiente."

Atualmente, o Judiciário gasta no Brasil mais de R\$ 100 bilhões por ano, dos quais R\$ 92,7 bilhões são direcionados para cobrir despesas com pessoal.

Ao todo, existem 17.988 magistrados no País (um juiz para cada 8,5 habitantes), número que poderia ser maior, pois existem 4.707 cargos de juízes vagos no Brasil. E, assim, cada um dos magistrados teve de cuidar em 2021, em média, de 6.321 processos. A taxa de conciliação no Judiciário brasileiro é de apenas 15,8% e isso mesmo após alterações recentes feitas no Código de Processo Civil que deviam aumentar as soluções consensuais.

RAPIDEZ. Parte das mudanças defendidas por Sarrubbo está nos planos do procurador Roberto Livianu, do Instituto Não Aceito Corrupção. Para ele, a prisão após a condenação em segundo grau é "um dado relevante". "Todo mundo ocidental democrático prende após condenação em primeiro ou em segundo grau." Livianu pensa ser uma das formas de tornar o processo célere a fim de desafogar o Judiciário.

O outro caminho passa por reduzir a quantidade de processos que chegam à Justiça.

Nesse ponto, a criminalista Vanzolini, presidente da Seção paulista da OAB, concorda com o procurador Sarrubbo.

Para ela, o sistema penal não dá conta de tudo. Ao tentar julgar o furto de margarina, deixa de apreciar casos graves, como os de lavagem de dinheiro. "Isso deixa uma sensação de impunidade.

A Justiça não pode cuidar de bagatelas." Ou seja, esses casos deveriam ter uma solução extrajudicial.

Ela também acredita que as hipóteses de acordos penais devem aumentar - hoje elas envolvem delitos de médio potencial ofensivo. Enquanto isso não ocorre, é preciso usar os mecanismos já existentes.

O desembargador Nucci lembra que isso só poderia acontecer se os acordos avançassem sobre os crimes mais graves. "Hoje 50% dos casos julgados no tribunal são de tráfico de drogas." Ele lembra as principais causas de congestionamento na área criminal dos tribunais superiores.

"Há duas avalanches: HC (habeas corpus) ganha disparado e em segundo grau é agravo em execução penal. Esses são os gargalos que estrangulam a Justiça criminal. Não tem o que fazer, pois o HC é matéria constitucional e os tribunais recebem o HC".

REFORMA. Alguns dos especialistas vão além da reforma dos códigos de processos e enxergam na alteração da composição das cortes outro caminho para aumentar a eficiência do sistema. Livianu é um deles.

Para ele, seria necessário obrigar que metade das 11 vagas do STF fosse reservada a magistrados de carreira - hoje apenas dois ocupam cadeiras no Supremo. Além disso, ele acredita que a adoção do modelo alemão, que prevê mandato fixo de dez anos para os ministros, garantiria o arejamento da Corte Constitucional.

Professor emérito da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da USP, o ex-chanceler Celso Lafer também advoga pela reforma do Judiciário. Para ele, uma Justiça eficiente que atenda a população é uma aspiração natural de quem defende o estado democrático de direito. O jurista mencionou as preocupações que envolvem a quantidade de recursos existentes e a facilidade da judicialização, ligados ao baixo custo da sucumbência - a obrigação de quem perde em pagar as custas processuais.

Lafer listou temas importantes para serem tratados pelos legisladores. "Audiências de conciliação na área penal têm papel significativo, assim como toda temática de direitos humanos e o custo de conformidade que é exigido para o cumprimento da **legislação tributária**, que é uma das dimensões da **reforma tributária** que está ligada ao judiciário." Aí entram as execuções fiscais.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O relatório do CNJ reconhece que elas têm sido apontadas como o principal fator de morosidade do Judiciário.

Segundo o documento, o processo de execução fiscal chega à Justiça após as tentativas de recuperação do crédito tributário se frustrarem na via administrativa, provocando sua inscrição na dívida ativa. Dessa forma, a Justiça repete etapas e providências de localização do devedor ou patrimônio já adotadas, sem sucesso, pela administração fazendária ou pelo conselho de fiscalização.

As execuções representam, incluindo as de cunho tributário, 36% do total de casos pendentes na Justiça e um congestionamento de 87% (dados de 2020 publicados em 2021).

Parte desses processos, segundo o relatório, fica suspensa pela falta de localização de patrimônio do devedor capaz de garantir as dívidas. Para a OAB, a situação de descompasso entre a necessidade de arrecadação e a morosidade do Judiciário tem criado um meio jurídico de discussão de métodos alternativos de solução de conflitos entre Fisco e contribuinte.

Institutos como a transação tributária têm ganhado força especialmente em proposições da Procuradoria da Fazenda Nacional com três modalidades de transação: a individual ou por adesão do contencioso tributário ou de pequeno valor.

Outra alternativa de acordo entre o Estado e contribuinte fora do Judiciário é a possibilidade de ser instituída a Arbitragem Tributária. Mas a situação é pior no pagamento de precatórios.

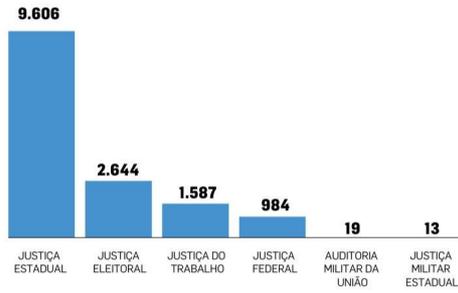
Para a OAB, o quadro é trágico, pois "as pessoas morrem sem receber seu crédito e precisando de dinheiro".

Outro ponto importante, segundo os especialistas, seria aumentar o poder de agências reguladoras do governo. O desembargador Nucci é dos que consideram ser relevante agilizar ações coletivas. "Ninguém aguenta mais falar na Justiça ou dizer "vou na Justiça". Você não vai conseguir nada. E vai mofar na Justiça, infelizmente essa é a realidade brasileira."

PODER JUDICIÁRIO

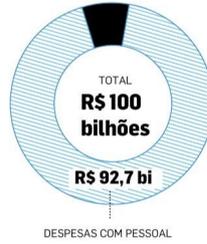
Uma das maiores reclamações em relação à Justiça brasileira é sobre a lentidão, apesar da ampla estrutura

Unidades judiciárias no País



Poder Judiciário no Brasil

Orçamento



Cargos



Número de processos em 2021



STF em números

FUNCIÓNÁRIOS

1.783

(SERVIDORES, MINISTROS E JUÍZES)

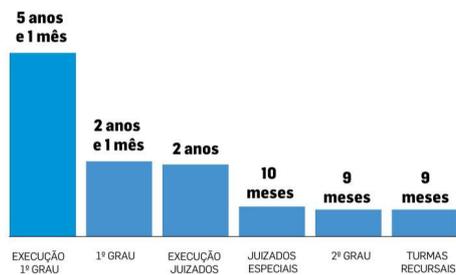
DECISÕES EM 2021

98.395

ORÇAMENTO DE 2022

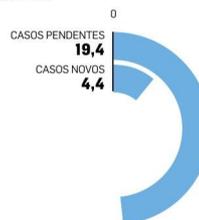
R\$ 714,6 mi

Tempo médio de sentença



Perfil do TJ de São Paulo

Tribunal de Justiça paulista é o maior do País



Cargos

MAGISTRADOS **2.620**



FONTES: CNJ E STF / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Contas não fecham: veja por que as promessas dos candidatos não cabem no Orçamento de 2023

O Ministério da Economia apresentou ontem sua proposta de Orçamento para 2023, mas sem margem para promessas de campanha. A grande maioria dos recursos - 93,7% - está engessada com o pagamento de despesas obrigatórias, como salários e aposentadorias.

Sem margem de manobra, o documento que indica as previsões de dispêndios do governo no próximo ano não contempla as promessas do presidente Jair Bolsonaro nem deixa espaço para as ações apresentadas pelos demais candidatos ao Planalto. Para custear as proposições apresentadas, seria necessário efetuar mudanças profundas nas regras fiscais e na proposta orçamentária.

Para fechar as contas, o governo Bolsonaro deixou de fora promessas-chave de seu projeto de reeleição, como o piso de R\$ 600 mensais para o Auxílio Brasil. De acordo com as regras atuais, esse patamar deixaria de valer no fim do ano, levando o benefício a um valor médio de R\$ 405 em 2023.

Também não consta no texto a correção da tabela do Imposto de Renda. O salário mínimo previsto, de R\$ 1.302, marca o quarto ano seguido no país sem aumento real.

Rever o teto de gastos

E, ainda assim, o montante previsto para investimentos soma apenas R\$ 20 bilhões, patamar inferior ao registrado em 2021 (R\$ 23,9 bilhões) e no ano anterior. De outro lado, foram preservados R\$ 38,7 bilhões em emendas parlamentares, incluindo R\$ 19,3 bilhões do chamado "orçamento secreto".

Os temas centrais das promessas de campanha já apresentadas esbarram nas restrições de caixa e ficaram longe do Orçamento: manter o benefício mínimo mensal de R\$ 600 do Auxílio Brasil custaria R\$ 160 bilhões. A proposta orçamentária destina apenas R\$ 106 bilhões e prevê valor médio de R\$ 405.

Para contemplar promessas que tentam ampliar ainda mais o benefício aos mais pobres, seria necessário dispor de mais recursos. Destinar mais R\$ 150 para 10

milhões de crianças menores de 6 anos, como defende Luiz Inácio Lula da Silva, representaria mais R\$ 18 bilhões em gastos. Elevar o benefício a R\$ 1 mil, como promete Ciro Gomes, teria custo de R\$ 379,7 bilhões, segundo a campanha.

Elevar o limite de isenção para o imposto de Renda custaria R\$ 21,5 bilhões na proposta de Lula (que prevê isenção para até R\$ 5 mil), a R\$ 32,6 bilhões na proposta de Bolsonaro (isenção para renda de até seis salários mínimos).

Isso não significa que as propostas são inexecutáveis, mas indica que, seja quem for que assumir o Planalto em 2023, precisará de intensa negociação e revisão das bases fiscais para tirar suas ideias do papel. Essa constatação já é feita até por integrantes do governo.

- Não tem como a gente continuar convivendo com 93%, 94%, 95% de despesas obrigatórias. A gente tem uma caixa que está ocupada, não tem como conviver com isso. A gente precisa rever a forma como o Orçamento é construído - afirma o secretário de Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Esteves Colnago, que mais tarde abordou a necessidade de revisão de regras fiscais para o Auxílio Brasil.

- É preciso, sim, alterar o teto de gastos. A regra atual não comporta. A gente vai ter um presidente eleito. E ele vai ter as condições de sentar com os Poderes e fazer os ajustes que precisam ser feitos. A gente tem convicção de que essas alterações vão respeitar a responsabilidade fiscal.

Especialistas lembram que, além da falta de espaço no Orçamento, há pouca clareza das promessas, o que dificulta análises orçamentárias aprofundadas no momento:

- Não dá para saber se as propostas são ou não consistentes, porque ninguém apresentou uma proposta fechada de como fazer. É difícil falar se a conta das propostas fecha, porque os programas ainda são muito genéricos - disse ao GLOBO Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF). - Há certo consenso de que será muito difícil manter o

teto de gastos como está, até porque o governo atual já o estourou. A pasta de dentes já saiu do tubo. Mas é importante ter uma política fiscal sustentável.

Orçamento 2023: Bolsonaro reserva R\$ 38,7 bi para emendas, maior valor já destinado aos parlamentares

Social e sustentabilidade

Leandro Ferreira, presidente da Rede Brasileira de Renda Básica, afirma que está claro que o valor do Auxílio Brasil ficará em R\$ 600 em 2023:

- O desenho das propostas deve variar, mas qualquer um que vencer acabará por seguir um aumento de gastos parecido com este.

Segundo Margarida Gutierrez, economista e professora do Coppead/UFRJ, "qualquer um vai precisar revisar o teto, mas depende do que vai pôr no lugar".

- Você pode desenhar uma política que contemple o social, mas que contemple também a sustentabilidade da dívida pública. É preciso fazer isso, para não deixar o país emburacar.

Em caso de vitória, Lula teria como primeira prioridade viabilizar a manutenção dos R\$ 600 do Auxílio Brasil, rebatizado para Novo Bolsa Família. Segundo integrantes da campanha, caberia à equipe de transição avaliar a situação fiscal do país e realizar um diagnóstico de todas as áreas do Estado.

A campanha calcula que o valor do desajuste fiscal contratado pelo atual governo pode alcançar R\$ 430 bilhões em 2023, o equivalente a mais de 4% do **PIB** a depender do cenário econômico.

As campanhas de Jair Bolsonaro e Ciro Gomes não responderam ao pedido do GLOBO. O candidato do PDT, porém, indica que, para criar um programa de transferência de renda de R\$ 1 mil mensais, a ideia seria obter recursos com a unificação do Auxílio Brasil, a Aposentadoria Rural, o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a **reforma tributária**, que daria maior dinamismo na economia.

Responsável pelo programa econômico de Simone Tebet (MDB), a economista Elena Landau diz que a peça orçamentária é irreal, o que torna mais nítida a necessidade de criar uma regra de transição na gestão fiscal, já que, para manter o Auxílio Brasil de R\$ 600, será preciso flexibilizar mais o teto de gastos.

Nessa regra, seria encaixado apenas o aumento de R\$ 200 para o benefício e recursos para ciência e tecnologia, limitados a 1% do **PIB**. Isso seria feito

paralelamente à apresentação de reformas estruturais.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/09/cont-as-nao-fecham-veja-por-que-as-promessas-dos-candidatos-nao-cabem-no-orcamento-de-2023.ghtml>

Governo propõe mínimo de R\$ 1.302, sem aumento real



O valor efetivo do salário mínimo em 2023 só será conhecido no fim do ano, quando o presidente editar a MP com o novo piso, considerando a inflação até lá

Idiana Tomazelli

O governo do presidente Jair Bolsonaro (PL) encaminhou ao Congresso Nacional ontem uma proposta de Orçamento que prevê um salário mínimo de R\$ 1.302 para 2023, sem aumento real pelo quarto ano seguido. A última vez em que o piso nacional foi reajustado acima da **inflação** foi no início de 2019, em um decreto assinado por Bolsonaro, seguindo a política de valorização aprovada em lei ainda no governo Dilma Rousseff(PT).

A vigência dessa política terminou justamente em 2019. Desde então, o atual governo tem optado por apenas recompor a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), ajuste que é obrigatório para assegurar a manutenção do poder de compra dos trabalhadores.

O valor proposto pelo governo representa R\$ 90 a mais em relação ao piso atual, fixado em R\$ 1.212. A cifra também ficou R\$ 8 acima dos R\$ 1.294 estimados em abril, quando o governo apresentou o projeto de LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). Entre o envio da IDO e a fixação de novos parâmetros para elaborar o Orçamento, as projeções para a variação do INPC neste ano aumentaram.

No início de julho, o Ministério da Economia estimou uma alta de 7,41% no índice-valor usado na previsão

do Orçamento. Nas últimas semanas, porém, as projeções do mercado financeiro para a **inflação** arrefeceram, na esteira da redução de **tributos** sobre combustíveis. Caso essa tendência se mantenha, o reajuste pode ser eventualmente menor. O valor efetivo do salário mínimo em 2023 só será conhecido no fim do ano, quando o presidente editar a MP (medida provisória) com o novo piso.

É também no fim do ano que o governo faz o ajuste do chamado resíduo, eventuais diferenças entre a projeção e a **inflação** efetiva. Isso ocorre porque o governo define o piso nacional antes de o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgar o resultado oficial para o INPC, o que ocorre no início de janeiro.

Neste ano, por exemplo, o salário mínimo deveria ser de R\$ 1.212,70 - ou R\$ 1.213 com o arredondamento habitual. Mas o governo tinha uma previsão menor para a **inflação** e acabou fixando o piso em R\$ 1.212, um real abaixo do necessário. O ajuste dessa diferença não é incorporado na previsão enviada com o Orçamento, mas é feito no momento da edição da medida provisória que estipula o novo salário mínimo.

Além das variações de **inflação**, o valor do salário mínimo pode sofrer influência do resultado das urnas em outubro. Líder nas pesquisas de intenção de voto, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) promete retomar a política de valorização, com ganhos reais para os trabalhadores. Em uma lista de propostas incluídas no site oficial da campanha, o petista cita a busca por "reajustes acima da **inflação** para aumentar o poder de compra das famílias".

MUDANÇA DE POLÍTICA Quando foi presidente, Lula iniciou uma política de concessão de aumentos no salário mínimo acima da **inflação**. Sua sucessora, Dilma Rousseff, formalizou a prática com uma fórmula que vigorou entre 2011 e 2019: reajuste pelo INPC mais o crescimento real do **PIB** de dois anos antes.

O governo Bolsonaro, por meio da equipe do ministro Paulo Guedes (Economia), optou nos últimos anos por descontinuar essa política, devido ao efeito cascata do reajuste do salário mínimo sobre outras despesas públicas. Benefícios previdenciários, assistenciais e despesas como abono salarial (espécie de 14º salário pago a trabalhadores formais que ganham até dois

pisos) e seguro-desemprego são atrelados ao valor do salário mínimo.

Na LDO 2023, os técnicos calcularam que cada R\$ 1 de aumento no valor do salário mínimo eleva o gasto total do governo em R\$ 389,8 milhões. Na prática, o reajuste do salário mínimo pela **inflação** teria um impacto de R\$ 35,1 bilhões no ano que vem. Sob o teto de gastos, que prevê um limite para as despesas corrigido pela **inflação**, qualquer concessão de aumento real levaria à necessidade de um corte de gastos em outras áreas para evitar o descumprimento da regra.

A escolha do atual governo, porém, é constantemente criticada por entidades que representam os trabalhadores. Neste ano, o valor pago não era suficiente para comprar nem sequer duas cestas básicas por mês na cidade de São Paulo em janeiro, segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Em maio deste ano, o valor atual de R\$ 1.212 foi aprovado pelo Congresso sob críticas, até mesmo de parlamentares governistas.

AUXÍLIO BRASIL A proposta enviada por Bolsonaro ao Congresso prevê ainda benefício médio de R\$ 405 para o Auxílio Brasil, abaixo do piso de R\$ 600 a ser pago às famílias entre agosto e dezembro deste ano. Em meio à campanha eleitoral, a mensagem presidencial encaminhada junto com o projeto contém a promessa de Bolsonaro de buscar a retomada dos R\$ 600, mas sem detalhar como isso será feito. A inclusão dessa sinalização, tida por técnicos como inusual, foi a solução encontrada pela ala política do governo para tentar se antecipar às críticas de adversários, no momento em que o chefe do Executivo segue em segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/01/09/2022/p1>

Projeto eleva risco em cenário complicado para contas públicas

Alex Ribeiro São Paulo

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187318?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187318?page=1§ion=1

Dívida pública é de 77,6% do PIB



RAFA*ela gonçalves*

A dívida pública brasileira continuou em trajetória de queda em julho. Segundo o relatório de estatísticas fiscais, divulgado pelo Banco Central (BC), a Dívida Bruta do Governo Geral fechou o mês em R\$ 7,22 trilhões, o que representa 77,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**). O percentual em junho era de 78% e, em maio, de 78,2%. Esse é o menor patamar desde o início da pandemia de covid-19, em março de 2020.

"Quando foi decretada a pandemia, o governo reduziu receitas e aumentou despesas emergenciais para combater a crise sanitária. Então, podemos observar agora essa trajetória de redução", explicou o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha. A dívida bruta é um dos indicadores monitorados por investidores e agências de classificação de risco para avaliar a capacidade de solvência de um país.

Quanto maior a dívida, maior o risco de calote.

De acordo com o BC, o setor público consolidado (União, estados, municípios e estatais) registrou superavit primário de R\$ 20,4 bilhões em julho - o melhor resultado para o mês na série histórica iniciada em 2001.

O principal responsável pelo saldo positivo foi o governo central, que teve superavit de R\$ 20 bilhões, com arrecadação maior que as despesas. A receita líquida cresceu 6,3%, em termos reais, na comparação interanual, auxiliada pelo repasse de R\$ 7 bilhões de dividendos pela Petrobras.

Os estados e municípios tiveram saldo positivo de R\$ 1,8 bilhão, ante superavit de R\$ 7,3 bilhões em julho do ano passado.

Apesar do desempenho positivo, as receitas próprias caíram 4% no mês, principalmente com a perda de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), devido à limitação da cobrança sobre combustíveis. Já as estatais apresentaram deficit de R\$ 1,3 bilhão.

O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o pagamento de juros, foi deficitário em R\$ 22,5 bilhões em julho. No acumulado em 12 meses, alcançou R\$ 355,9 bilhões, o equivalente a 3,83% do **PIB** - uma redução de 0,40 ponto percentual em relação ao computado até o mês anterior.

Para Gabriel Floriano, estrategista da Levante Corp, apesar de o superavit de julho trazer uma boa margem, é preciso avaliar a sustentabilidade da dinâmica de diminuição de despesas, especialmente em ano eleitoral. "Todos os candidatos se comprometem com alguma âncora fiscal. Então, para além desse dado, estamos olhando para o anúncio de algum arcabouço fiscal que possa trazer previsibilidade para as contas públicas", afirmou.

Reserva orçamentária para 2023 comporta reajuste de ao menos 4,85% para servidores

O governo Jair Bolsonaro (PL) incluiu na proposta de Orçamento de 2023 uma reserva de R\$ 11,6 bilhões para aumentar salários de servidores do Poder Executivo, valor suficiente para conceder um reajuste linear de ao menos 4,85% às carreiras.

O percentual é menor do que as categorias vinham reivindicando em manifestações ocorridas neste ano. Servidores do Banco Central, por exemplo, pediam um incremento de 27% em seus salários defendendo a necessidade de recompor perdas passadas.

A intenção do governo é usar a **inflação** prevista para 2023 como referência para os reajustes, dado que ela será menor do que a deste ano, como mostrou a Folha.

O secretário especial de Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago, informou que o percentual usado como referência, de 4,85%, foi estimado com base na premissa de vigência do aumento a partir de janeiro de 2023 -ou seja, há espaço para negociação.

"Se der um reajuste um pouco mais à frente no ano, ele [percentual] pode ser maior", disse.

Por outro lado, o governo vinculou R\$ 3,5 bilhões das chamadas emendas de relator para ajudar a compor a reserva para reajustes. Essa verba é usada como moeda de troca nas negociações políticas do Congresso Nacional.

Apesar da intenção do Ministério da Economia de alinhar o uso desses recursos às políticas do governo, não há nenhum comando legal que obrigue os parlamentares a seguir essa distribuição.

Colnago avaliou que há "maior dificuldade" de mexer nesse recurso durante a tramitação do Orçamento no Congresso.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

21

Bolsa fecha agosto com 2º maior alta do ano, puxada por estrangeiros

Clayton Castelani Lucas Bombana

A Bolsa de Valores brasileira encerrou agosto com o segundo melhor resultado deste ano. Investidores estrangeiros buscaram as ações domésticas neste mês ao perceberem que medidas para combater a **inflação** em curso nos Estados Unidos e na Europa podem durar mais tempo do que o esperado, criando ameaças prolongadas ao crescimento desses mercados.

O Ibovespa, índice de referência da Bolsa, avançou 6,16% no mês. O resultado ficou abaixo da alta de 6,98% de janeiro, melhor mês do mercado acionário local desde dezembro de 2020, quando o indicador subiu 9,30%.

No fechamento diário desta quarta-feira (31), porém, o Ibovespa não resistiu à pressão negativa do exterior e terminou a sessão em queda de 0,82%, aos 109.522 pontos.

Estrangeiros representam pouco mais da metade dos investidores da B3, a Bolsa do Brasil. Eles trouxeram para o mercado acionário local neste mês cerca de R\$ 18 bilhões, contra R\$ 1,8 bilhão de julho, considerando ainda o saldo parcial de agosto levantado pelo TradeMap.

Agosto teve o melhor resultado do segundo semestre quanto ao fluxo de investimento vindo do exterior para a Bolsa, mas ainda ficou atrás dos saldos mensais médios de R\$ 23 bilhões do primeiro trimestre.

Na comparação com as principais Bolsas internacionais, o saldo é amplamente favorável ao Brasil.

Em Nova York, o indicador parâmetro S P 500 terminou agosto com perda de 4,24%. Na Europa, a Bolsa de Londres caiu 1,88%. Paris e Frankfurt tombaram 5,02% e 4,81%, respectivamente, no mesmo período.

Alguns fatores colocam o Brasil em vantagem momentânea em relação ao exterior, entre os quais está o possível fim do ciclo de aumento da taxa básica de juros, enquanto outros países ainda discutem o quanto o custo do crédito precisará subir até que a **inflação** esteja sob controle.

"A justificativa para essa performance vem do começo do mês, quando o Copom [Comitê de Política Monetária] do Banco Central brasileiro decidiu sinalizar que a alta dos juros acabou", comentou Ubirajara Silva, gestor da Galapagos Capital.

Destacando que o Brasil é o mercado preferido de sua equipe na América Latina, Nur Cristiani, chefe de estratégia para a região no JP Morgan Private Bank, disse à agência Reuters que os recentes números sobre a queda da **inflação** e as declarações do Banco Central sobre o provável fim do ciclo de alta de juros indicam "uma oportunidade que não pode ser desperdiçada", afirmou.

Na semana passada, o presidente do Fed (Federal Reserve, o banco central americano) jogou um balde de água fria na parcela do mercado que esperava por um fim próximo no aperto monetário nos Estados Unidos.

Jerome Powell afirmou que os americanos estão caminhando para um período doloroso de crescimento econômico lento e possivelmente aumento do desemprego, já que o banco central dos EUA deve manter a política de elevação agressiva da sua taxa de juros em uma tentativa de equilibrar oferta e demanda.

Temores de forte desaceleração da economia foram reforçados nesta semana por novos dados sobre a geração de vagas de trabalho nos Estados Unidos.

Relatório da consultoria ADP mostrou que a abertura de empregos no setor privado dos Estados Unidos totalizou 132 mil vagas em agosto, abaixo da expectativa de 288 mil em pesquisa da Reuters.

Em meio à forte alta dos preços na Europa, potencializada pela invasão russa à Ucrânia, o mercado considera a possibilidade de um aumento mais agressivo dos juros na região.

O BCE (Banco Central Europeu) deveria incluir um aumento da taxa de juros de 0,75 ponto percentual entre suas opções para a reunião de política monetária de setembro, dada a **inflação** excepcionalmente alta, disse na terça-feira (30) o membro do conselho do BCE e presidente do banco central da Estônia, Madis Muller.

Também é apontado como motivo para a valorização da Bolsa brasileira a presença de ações de produtores de matérias-primas que podem ganhar valor com as secas na China e na Europa ou com o agravamento da Guerra da Ucrânia.

No mercado de câmbio brasileiro, o dólar comercial apresentou forte valorização frente ao real nesta quarta-feira (31), também pressionado pela expectativa de elevação dos juros nas principais economias globais.

A moeda americana negociada à vista fechou em alta de 1,76%, cotada a R\$ 5,2010 na venda. No acumulado de agosto, houve elevação de 0,54%.

O fechamento mensal da Ptax também pode ter influenciado no valor da moeda americana nesta quarta.

A Ptax é uma taxa de câmbio calculada pelo Banco Central. No fim de cada mês, agentes financeiros costumam tentar direcioná-la para níveis mais convenientes às suas posições, sejam elas compradas ou vendidas em dólar.

No mercado local, as ações mais negociadas da Petrobras subiram 2,47% nesta quarta, após registrarem forte queda na véspera, na esteira do recuo nos preços do petróleo no mercado internacional.

A matéria-prima aprofundou o mergulho nesta quarta diante da preocupação de que o aperto monetário para o combate à **inflação** possa abrandar a demanda por combustível.

No final da tarde, o barril do Brent marcava desvalorização de 2,84%, cotado a US\$ 96,49 (R\$ 499,66).

Site:

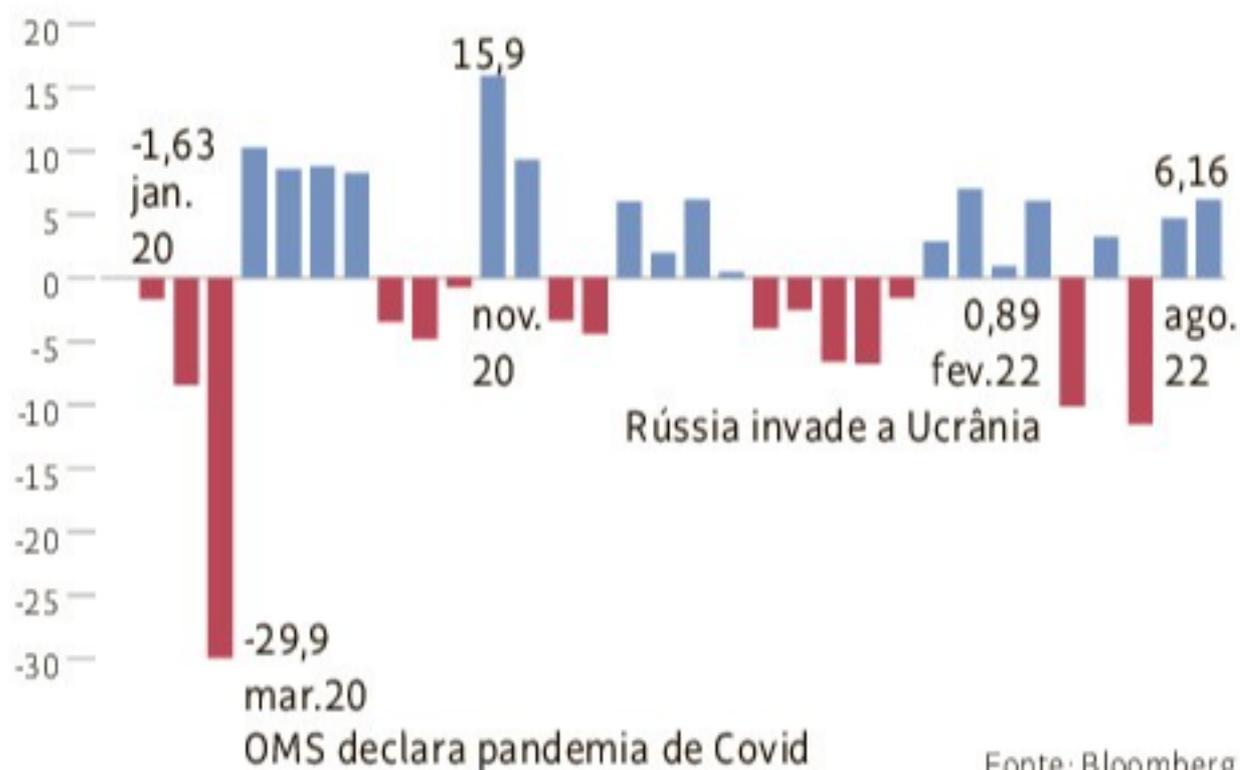
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=500>

21

Bolsa de Valores

Fechamento mensal do índice Ibovespa

Em %



Fonte: Bloomberg

Pacheco avalia devolver MPs que adiam gastos para destravar orçamento secreto

DANIEL WETERMAN ADRIANA FERNANDES BRASÍLIA

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), avalia devolver as medidas provisórias assinadas pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) que adiam o pagamento de despesas relacionadas à cultura e à ciência e tecnologia para o ano que vem.

Como mostrou o Estadão, a manobra foi feita para destravar verbas do orçamento secreto ainda em 2022.

As duas medidas foram publicadas na segunda-feira. Uma delas adia o pagamento dos incentivos financeiros ao setor cultural previstos nas leis Paulo Gustavo e Aldir Blanc 2. O texto determina que alguns repasses comecem a ser feitos somente em 2023, e outros, só em 2024. Além disso, retira a obrigação de o governo federal efetuar os pagamentos, ao deixar os valores apenas como "autorizativos".

Outra medida limita o orçamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e abre espaço para outras despesas entre 2022 e 2026. A manobra atende a pedido do presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas- AL), principal líder do Centrão no Congresso, com o objetivo de liberar mais recursos para o orçamento secreto.

O adiamento das despesas pode abrir um espaço fiscal de R\$ 5,6 bilhões no Orçamento de 2022, de acordo com o assessor legislativo do Senado Bruno Moretti. Esse é justamente o valor de emendas do orçamento secreto que está bloqueado devido ao teto de gastos, a regra que atrela o crescimento das despesas à **inflação**. Parlamentares pressionaram o presidente da Câmara - que controla a distribuição do dinheiro - para a liberação dos recursos a tempo de encaminhar as indicações antes das eleições e ter o dinheiro até o fim do ano. A última rodada de indicações de emendas secretas aos ministérios ocorreu em julho.

PRESSÃO. Como presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco tem o poder de devolver as medidas provisórias assinadas por Bolsonaro.

A decisão tornaria as normas sem efeito. Pacheco é pressionado pela oposição e por aliados a assinar a devolução. Em setembro do ano passado, ele fez isso

com medida provisória que alterava o Marco Civil da Internet.

Tecnicamente, o Congresso pode rejeitar uma MP por contrair a Constituição, que exige urgência para essas alterações. Esse tipo de proposta entra em vigor assim que é assinada e perde a validade se for rejeitada, não aprovada em 120 dias ou devolvida.

As medidas provisórias foram assinadas após o Congresso aprovar as leis e derrubar vetos de Bolsonaro impondo o pagamento das despesas ainda neste ano. "Bolsonaro novamente faz da cultura uma inimiga", disse a autora do projeto que originou a Lei Aldir Blanc 2, deputada Jandira Feghali (PCdoB- RJ). Ela se reuniu com Pacheco e pediu a devolução da MP que adiou as despesas da cultura. "Irei fazer, junto com a Advocacia do Senado, uma análise a respeito da medida provisória antes de tomar qualquer decisão", afirmou o presidente do Senado.

No caso da cultura, há questionamentos também pelo fato de uma MP alterar lei complementar, que exige um quórum maior de aprovação no Legislativo.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ibovespa acumula alta de 6,16% em agosto

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Rússia fecha gasoduto para manutenção e preocupa Europa

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Superávit primário ajuda a baixar dívida bruta em julho

Alex Ribeiro e Larissa Garcia De São Paulo e Brasília

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187318?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187318?page=1§ion=1